

SEGURANÇA?

Eduardo Losicer

Voltaremos à caverna –ou ao centro comercial-.
Antes, a humanidade buscou o exterior, o fora, a
luz da ilustração. Hoje já não se busca “o interior”
Mas a “segurança interior”, e nela só há uma luz
cinza, fria, seca e, sobre tudo, artificial. Será melhor
uma vida cinza que uma vida insegura?.
J. Saramago (1)¹

Resumo

Neste pequeno trabalho propomos uma reflexão sobre duas questões que a contemporaneidade mais imediata tem colocado em relevância, que poderiam ser tituladas como: “pensamento de segurança” e “cultura da insegurança”, com o intuito de avançar algumas hipóteses que nos permitam entender as novas significações atribuídas à palavra segurança na atualidade, assim como às possíveis relações que podem ser estabelecidas entre as duas expressões norteadoras de nossa análise.

Palavras chave: segurança/insegurança, público/privado, Estado, política e subjetividade

¹ Citado por Iñaki Rivera Beiras, em: “LO PUBLICO, LO PRIVADO , LO INTIMO”, DOBON, Juan,
Letra Viva, Buenos Aires, 2001.

Entendemos que o pensamento de segurança designa o conjunto dos princípios básicos em que se fundamenta a política do Estado para a segurança pública e, na sua disseminação global, tende a constituir a essência do chamado “pensamento único”, isto é, aquela racionalidade que pretende legitimar explicitamente a situação atual do mundo. Ao mesmo tempo, a sua expressão faltosa, a insegurança, tende a se infiltrar nas mentalidades das populações invadindo todos os registros do privado e gerando o que chamamos de cultura da insegurança. Assim, segurança e insegurança constituem um par binário que afeta todas as fronteiras entre o público e o privado, para diluí-las ou para remarca-las.

Adotamos a expressão cultura da insegurança para enfatizar a insegurança como produção, isto é, produzida pela política e produtora de subjetivações, tal como constatamos que acontece em todos os territórios atuais, sejam eles locais ou globais, físicos ou existenciais.

Assim, preferimos falar em insegurança e não em medo, por exemplo, para evitar a interpretação ‘naturalizante’ que esta palavra sempre implica; não estamos tratando de sentimentos naturais da subjetividade e sim de produções do imaginário individual e coletivo.

Discorrer sobre as várias manifestações do medo, considerado como um dos sentimentos mais próprios da natureza humana, tem o inevitável efeito de ‘despolitizar’ ou ‘psicologizar’ a questão que ora colocamos em pauta. Tão natural que, quando coloquialmente falamos do medo e seus objetos, dispensamos de qualquer referência para explicá-lo, apoiados em um tácito consenso de sentido. Porém, para tirá-lo desta unidade fictícia, podemos argüir que, assim como acontece com outras sensações

tidas por naturais (que não se reflexionam), também o medo “não se pensa a si mesmo” e, para falar da “razão” da insegurança, é necessário analisá-la, na subjetividade contemporânea e na história política.

Na genealogia do pensamento de segurança encontramos estes termos relacionados pela primeira vez no nascimento do liberalismo e do Estado moderno. Th. Hobbes, para quem o homem é uma máquina natural e sensível, o medo é o sentimento predominante que faz com que o estado da natureza seja inviável: ao mesmo tempo liberdade plena e terror constante ². A partir daí, medo e segurança se opõem na filosofia política do Estado. Porém -acompanhando uma leitura de M. Foucault-, só no século XVIII podemos encontrar como a prática política e econômica opõe a segurança e a lei como recursos básicos da mediação do governo ³. São os novos destinos da produção que imprimem esta virada. Era necessário não só regular a produção crescente, mas tornar as suas conseqüências “seguras”. Conforme esta leitura, a disciplina quer produzir a ordem e a segurança regular a desordem, fatalmente provocada pelos novos sistemas de produção capitalista, próprios do novo mundo liberal. Assim, cada vez mais perfeitos e “livres”, estes sistemas de produção se desenvolvem par e passo com as exigências de segurança que lhe são imanentes, agora definitivamente desatreladas dos “medos naturais” dos homens.

Em um trabalho recente,⁴ no qual abordamos as novas situações de confinamento e de “instituição total” que podemos observar na contemporaneidade, sustentamos a hipótese de que os

² HISTORIA DAS IDEIAS POLITICAS”, François Châtelet, Jorge Zahar Editor, 2000.

³“SOBRE A SEGURANÇA E O TERROR”, Giorgio Agamben, em: “AS MULTIDÕES E O IMPERIO”, Giuseppe Cocco, DpyA editora, 2002.

novos sistemas “imaginariamente” confinados de vida e de trabalho se fecham em torno desta lógica imanente à produção e assim se estabelecem como pequenos ou grandes sistemas totalitários. Podemos acrescentar agora que a exigência de segurança que lhes acompanha já não “pensa” mais no homem, mas no que ele pode produzir dentro das estritas regras (des-regulamentadoras) da liberalização total que hoje vivemos. Citando G. Agamben, “...enquanto o poder disciplinar isola e fecha territórios, as medidas de segurança conduzem a uma abertura e à globalização...”.

Desde esta perspectiva, podemos afirmar que a radicalidade do pensamento de segurança se revela atualmente imposto de uma dupla inviabilidade: não mais se opõe ao medo “natural” nem mais pode conter à desordem provocada pela reificação do sistema produção-consumo do neo-liberalismo (desemprego, desigualdade, miséria, migração forçada e, em última instância, estado de exceção e guerra civil).

Examinando agora a concepção de Estado com que Freud foi construindo o pensamento psicanalítico, presente ao longo de sua obra, é lícito concluir que a questão da segurança comparece, do início ao fim, como mais uma das ilusões –assim como a religião– necessárias à vida em sociedade. Trata da segurança como missão impossível do ego, inerente à vida individual, ao mesmo tempo que aponta a impossibilidade de sua total realização por parte do Estado, tal como se verifica historicamente na vida social e política dos povos. Afirma que estamos dispostos a pagar o preço máximo, o da felicidade, com o único intuito de alimentar uma ilusória segurança que nos preserve dos impulsos sexuais e hostis que nos

⁴ “CONFINADOS!”, Eduardo Losicer, apresentado no “3. Encontro Latino-americano dos Estados Gerais da Psicanálise”, Buenos Aires, 2002.

constituem. Entre os vários sacrifícios impostos pelo progresso civilizatório, o preço a ser pago pela segurança comum é um dos mais primitivos e, ao mesmo tempo, o mais falho.

Dos diversos textos ⁵ em que Freud trata deste tópico, é no “Mal-estar na Civilização” que a passagem que melhor sintetiza esta condição “faltosa” da segurança: “...se a civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também à sua agressividade, podemos compreender melhor porque lhe é difícil ser feliz nessa civilização ... o homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança”. Notemos, com tudo, que aqui se alude à aquisição de uma “parcela” de segurança, sendo que, trazendo a questão para os dias de hoje, a segurança parece ter se tornado o princípio básico (e não parcial) da função do Estado. De fato, é o poder político que, na modernidade, se encarrega de aumentar permanentemente a promessa de segurança para garantir a ordem social, relevando e até substituindo à promessa da religião de proteger e salvar vidas e almas. Aqui emerge a interrogação mais aguda que se nos coloca: qual seria o preço que estamos hoje pagando por uma tal segurança total e, mais ainda, aonde nos conduzira a sua inexorável falha?.

Para abordar estas questões, é necessário voltar a recapitular as passagens em que a obra freudiana procede na tarefa de “desnaturalizar” a necessidade de segurança do sujeito humano. A través desta perspectiva, fica claro que não se trata meramente de uma necessidade instintiva de reação frente ao perigo externo, como poderia ser argumentado por uma visão puramente psicológica. Com efeito, a partir do momento em que Freud coloca

⁵ “HISTORIA DO MOVIMENTO PSICANALITICO”, “A QUESTÃO DE UMA WELTANSCHAUUNG”, “O ESTRANHO”, “MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO”, “CARTA DE FREUD”, “CARTA DE EINSTEIN”, “ESBOÇO DE PSICANALISE”, “NOSSA ATITUDE

logo em cena o jogo pulsional e fantasmático, inclusive para tratar da questão segurança-insegurança, resulta impossível entender esta questão desde o exclusivo ângulo de uma psicologia funcional-adaptativa. Pelo contrario; embora Freud não dedique um estudo específico sobre o tema, nas diversas passagens em que se refere a ele fica explícita a sua índole fantasmática primitiva: ameaça de perda do amor, de desamparo, de mortalidade, etc. Na esfera individual, a segurança é uma função do ego, sim, mas se trata de um ego “palhaço”, obrigado a aceitar a ansiedade (sinal) como um meio de segurança e fingir que é ele quem manda no circo (pegando fogo), mais do que um ego verdadeiramente eficiente na sua defesa diante do perigo.

Um ego tão estranho que é capaz de dissociar-se em um “duplo” (que passa a carregar o saber da mortalidade) como segurança contra sua própria destruição. Não há segurança possível, no entendimento freudiano, pelo simples motivo de “nossa memória não ser confiável” em função do recalque, fato revelado pelo obsessivo, que assim multiplica as dúvidas e os rituais asseguradores de forma interminável. Assim, o indivíduo é forçado a projetar esta impossibilidade como desejo ideal na sua visão de mundo, visão que a psicanálise não pode aceitar, por ilusória. Se a segurança da vida comunal deve ser garantida, cada individuo deve abrir mão –diz Freud numa carta a Einstein- de sua liberdade pessoal de utilizar sua força para fins violentos... mas –esclarece imediatamente- um estado de equilíbrio dessa espécie, porém, só é concebível teoricamente.

Devemos ainda considerar a dimensão sintomática ou psicopatológica do sentimento de insegurança, tal como se apresenta na intimidade dos consultórios ou na vida cotidiana. De fato, a frase “me sinto inseguro” costuma ser a expressão de um lapso inconsciente sentido como falha pessoal que se manifesta, principalmente, na intenção da fala perante o outro. A irrupção desta insegurança é sentida como súbita descontinuidade do sentimento de si ou como descentramento incontornável do eu, que coloca o sujeito diante de uma temida emergência do inconsciente e que o afeta como a ameaça de um extenso lapso de linguagem, sempre iminente, ou como ato falho perturbador. Da normalidade até a patologia, esta freqüente experiência do inconsciente

costuma ser referida como vaga sensação de insegurança num extremo, ou como intenso medo fóbico no outro. Neste ponto devemos deixar consignada uma interrogação retirada de nossa clínica atual e que é pertinente à indagação que nos ocupa: se estes graves quadros fóbicos podem ser incluídos como mais uma das chamadas “novas psicopatologias”, não seria pertinente considerar, principalmente o denominado “ataque de pânico com agorafobia”, como medo fóbico do público (fobias políticas?), e não apenas sua clássica referência territorial como fobia dos espaços abertos (por oposição com a claustrofobia, como fobia dos espaços fechados) ou fobia social?. A ágora (origem etimológica da agorafobia) denominava a praça em que se realizavam as assembléias dos cidadãos na Grécia antiga (representa, historicamente, o nascimento do espaço público-político na cidade) e não apenas um espaço aberto ou de encontro social. Um cortejo de fobias menores acompanham esta grande fobia-pânico no painel das patologias contemporâneas, principalmente a fobia de falar, escrever ou assinar em público, o suficiente como para suscitar a interrogação: seria esta “neurose do sujeito político” uma produção da neutralização da vida política que vivemos hoje?.

A questão da segurança e seus lapsos varre todos os territórios existenciais, comparecendo como confessada falha pessoal, privada, ou como falha pública denunciada no poder do Estado. Não se trata aqui de relevar, simplesmente, todos os registros do medo na experiência subjetiva das pessoas. Pelo contrário, tentamos demonstrar uma certa relação de oposição entre a insegurança e o medo, que faz com que a expansão geral do sentimento de insegurança desative as funções defensivas e mediadoras do medo, colocando o sujeito em contato imediato com o terror e o pânico. De fato, dentro da “cultura de sensações” que vivemos, a radicalidade destes sentimentos dominantes se baseia na inefável “sensação de iminência fatal”, isto é, na ameaça peremptória de colapso final da vida subjetiva. Abolidas as representações próprias dos mecanismos defensivos e do mundo fantasmático, se opera uma des-subjetivação da morte, que faz com que o fim inexorável pareça vir do real e do fora (sensação de morte iminente na experiência do sujeito ou de ataque “terrorista” imediato alardeado pelo pensamento de segurança estatal ou global).

Medo-pânico e medo-terror representam as manifestações mais extremas das grandes falhas da segurança individual e coletiva, mas não se diferenciam entre si apenas pelo grau. Ambas parecem ressurgir nas últimas décadas para apontar os limites do mal-estar contemporâneo, mas, entendemos que derivam de esferas diferentes. Mesmo o medo-pânico permite reconhecer sua origem pulsional-libidinal, tal como acontece em toda fobia, sendo que o terror irrompe como ruptura traumática e violenta. Também ambas deixam uma ameaça profunda depois da sua emergência, mas a “irracionalidade” do pânico, angustiadamente admitida por quem a sofre, se opõe à “racionalidade” da ameaça do terror, sustentada pelo pensamento de segurança. Na verdade, aqui reside o âmago deste pensamento diretor: dar racionalidade à política que legitima a violência estatal para enfrentar o “terrorismo”, que assim fica definido como instrumentação, subversiva ou repressiva, do terror.

Ao longo do século XX, a segurança passou de ser apenas uma das funções do estado de direito democrático, para se tornar, em nossos dias, o princípio básico da função do Estado-nação e a base em que se fundamenta a política global por parte dos poderes hegemônicos. O fim das guerras convencionais entre estados soberanos provocou uma mudança nas doutrinas de segurança nacional: o inimigo potencial não é mais um outro Estado soberano mais um inimigo desterritorializado, interno e global ao mesmo tempo. Quando a segurança é o pensamento único, a diferença entre poder político e poder de polícia tende a se apagar (em detrimento da política) e, paralelamente, a diferença entre Estado e terrorismo tende a desaparecer. Foi em nome da segurança que aqui, na América-latina, o terrorismo de Estado exercido contra populações de vários países deu para o mundo os exemplos mais cruéis desta indiferenciação e mostrou -como dizíamos no início- que a segurança se opõe à lei, decretando “estado de exceção” (da ordem jurídica) toda vez que o considerou necessário, sempre em nome da segurança nacional contra o inimigo interno.

É claro que hoje a soberania do Estado-nação não é a mesma e o inimigo não lhe é interno. As fronteiras políticas entre os países se diluíram em favor de um poder mais imperial que nacional, e o conceito de proteção ficou restrito aos mercados mais do que aos cidadãos. Conjuntamente, a suposta

racionalidade da segurança também se mundializou junto com um “inimigo” (além dos potenciais terroristas, se somam as chamadas “classes perigosas” (6)) ⁶que também não reconhece fronteiras ... e assim chegamos a nossos dias, em que já não é mais possível sustentar qualquer “ilusão”.

Acreditamos, em fim, que o tema segurança/insegurança, onipresente no cotidiano de todos, não deveria ficar ausente na discussão e no posicionamento entre os analistas, sendo estas reflexões uma das formas de contribuir para o debate aberto.

Rio de Janeiro, agosto de 2003.

⁶ “OPERAÇÃO RIO: o mito das classes perigosas”, Cecília COIMBRA, Intertexto, 2001.